

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

ALERTA

MARÇO/2009 v. 15, n.º 3

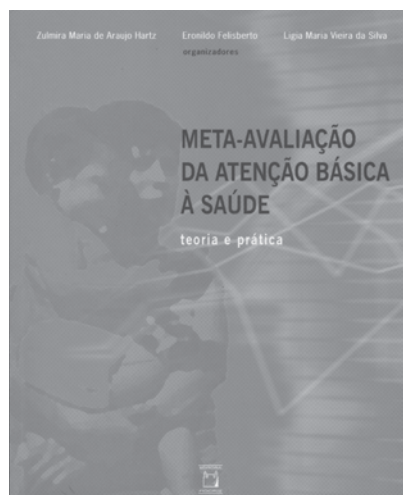
ISSN 0104-9755

IMPRESSO

RESUMOS

O SUS de A a Z: Garantindo Saúde nos Municípios

O processo de descentralização da gestão do sistema de saúde do Brasil traz possibilidades e desafios que devem ser assumidos pelas três áreas de gestão – federal, estadual e municipal. A pluralidade de contextos vivenciados por municípios e regiões exige que as políticas públicas sejam capazes de responder adequadamente às diferentes necessidades advindas dessa diversidade. Duas edições anteriores desta publicação obtiveram tão boa aceitação que se chegou a esta terceira edição revisada. Avançou-se, assim, no esforço de qualificar a gestão da saúde brasileira, propiciando aos dirigentes do SUS informações essenciais para a condução de questões ligadas ao dia a dia da gestão, informando-os, reduzindo suas incertezas e oferecendo-lhes ferramentas que auxiliem na identificação e superação dos problemas.

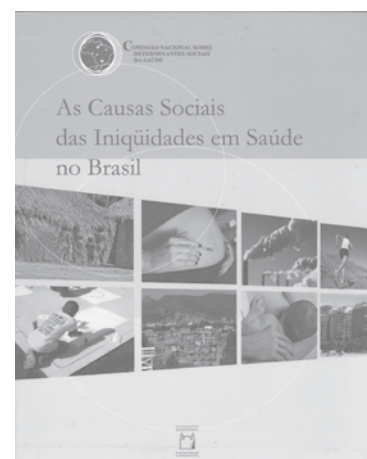


Meta-Avaliação da Atenção Básica à Saúde: Teoria e Prática

A utilização de padrões internacionais para a apreciação da qualidade dos estudos avaliativos – meta-avaliação – tem se constituído em requisito importante na apreciação de resultados das políticas sociais. O setor Saúde avançou muito no tema avaliação na última década, mas é certo que, independentemente de qualquer outra avaliação qualitativa ou quantitativa dos resultados dos trabalhos, a aproximação entre centros acadêmicos e de pesquisas e a atenção básica é extremamente benéfica para o Sistema Único de Saúde. Esta publicação é pautada pela qualificação formativa do conjunto de experiências relacionadas às pesquisas avaliativas dos Estudos de Linha de Base do Projeto de Expansão e Consolidação do Saúde da Família (ELBs/Proesf) realizados, em âmbito nacional, de 2005 a 2007, e estrutura-se em três partes que ressaltam as abordagens utilizadas, as vantagens, os limites e a potencial utilização das lições aprendidas.

As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil

Traçar um panorama geral da situação de saúde do país, com ênfase em dados, informações e conhecimentos sobre as iniquidades em saúde geradas pelos determinantes sociais; propor políticas, programas e intervenções relacionadas aos determinantes sociais, a partir da avaliação das políticas e intervenções atualmente em curso e das experiências registradas na literatura nacional e internacional; além de descrever as atividades desenvolvidas pela Comissão são os objetivos deste relatório da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Tanto a análise de situação como as recomendações de políticas e programas estão prioritariamente voltadas para as áreas urbanas, o que se justifica não apenas porque a imensa maioria da população brasileira vive em áreas urbanas, como também pela forma acelerada com que se deu o processo de urbanização, sem contrapartida equivalente de adequação da infraestrutura, concentrando grandes parcelas da população em precárias condições de vida, de ambiente e de trabalho.



MONOGRAFIAS

ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Relatório de atividades 2008 da Fiocruz Brasília**. Brasília. 2009. 32 p., il. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 978-85-334-1554-6.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

HARTZ, Zulmira Maria de Araujo (Org); FELISBERTO, Eronildo (Org.). SILVA, Ligia Maria Vieira da. (Org.). **Meta-avaliação da atenção básica à saúde: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 409 p. ISBN 978-85-7541-162-9.

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

PÔRTO, Ângela (Org.). **Enfermidades endêmicas da capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 175 p., il. (Série Coleção História e Saúde). ISBN 978-85-7541-152-0.

ONCOLOGIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Histórias da oncologia clínica no Instituto Nacional de Câncer (INCA)**. Rio de Janeiro, 2008. 106 p., il. ISBN 978-85-7318-132-6.

POLÍTICAS DE SAÚDE

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 1110 p. ISBN 978-85-7541-157-5.

SAÚDE BUCAL

NARVAI, Paulo capel; FRAZÃO, Paulo. **Saúde bucal no Brasil: muito além do céu da boca**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 147 p. (Série Coleção Temas em Saúde). ISBN 978-85-7541-155-1.

SAÚDE PÚBLICA

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria Municipal de Saúde. **Avanços e desafios na organização da atenção básica à saúde em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2008. 432 p.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 215 p. ISBN 978-85-7541-160-5.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios** 3. ed. Brasília, 2009. 477 p., il. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). ISBN 978-85-334-1552-2.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O SUS no seu município**: garantindo saúde para todos. Brasília, 2009. 36 p., il.

PERIÓDICOS

ARQUIVOS DE GASTROENTEROLOGIA = ARCHIVES OF GASTROENTEROLOGY. São Paulo: SOBED, v. 45, n. 4, out./dez. 2008. ISSN 0004-2803.

ARQUIVOS INTERNACIONAIS DE OTORRINOLARINGOLOGIA = INTERNATIONAL ARCHIVES OF OTORHINOLARYNGOLOGY. São Paulo: Fundação Otorrinolaringologia, v. 12, n. 4, out./dez. 2008.

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA = REPORTS IN PUBLIC HEALTH. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 25, n. 2, fev. 2009.

CONSENSUS: Jornal do Conselho de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, n. 37, nov./dez. 2008. ISSN 1413-1579.

EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil. v.18, n.1, jan./mar. 2009. ISSN 1679-4974.

FUNASA EM REVISTA. Brasília: Funasa, ano 4, n. 1, jan./mar. 2009.

HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE: Manguinhos. Rio de Janeiro: Fiocruz, v.16, n. 1, jan./mar. 2009.

MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 103, n. 8, dez. 2008. ISSN 0074-0276.

REDE CÂNCER. Rio de Janeiro: Inca, n. 7, fev. 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, v. 33, n. 118, jul./dez. 2008. ISSN 0303-7657.

REVISTA BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Reumatologia, v. 49, n. 1, jan./fev. 2009. ISSN 0482-5004.

REVISTA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE SÃO PAULO = JOURNAL OF THE INSTITUTE OF TROPICAL MEDICINE. São Paulo, v. 51, n.1, jan./fev. 2009. ISSN 0036-4665.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. São Paulo: USP, v. 42, n. 6, dez. 2008. ISSN 0034-8910.

SAÚDE E SOCIEDADE. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 17, n.4, out./dez. 2008. ISSN 0104-1290.

TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 6, n. 3, nov./fev. 2009. ISSN 1678-1007.

22 de Março Dia Mundial da Água

Declaração Universal dos Direitos da Água Organização das Nações Unidas (ONU)

Art. 1º - A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

Art. 2º - A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do Art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem.

Art. 3º - Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.

Art. 4º - O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Art. 5º - A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

Art. 6º - A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

Art. 7º - A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.

Art. 8º - A utilização da água implica no respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.

Art. 9º - A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

Art. 10º - O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.

DATAS COMEMORATIVAS NO ÂMBITO DA SAÚDE

08.03 - Dia Internacional da Mulher

08.03 - Dia Mundial do Rim

21.03 - Dia Internacional contra a Discriminação Racial

21.03 - Dia Mundial da Infância

22.03 - Dia Mundial da Água

24.03 - Dia Mundial de Combate à Tuberculose

24.03 - Semana Nacional de Mobilização e Luta Contra a Tuberculose

31.03 - Dia da Saúde e da Nutrição